

Geraldo Júnior diz que quer eleger sucessor com perfil combativo

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O presidente da Câmara de Salvador, vereador Geraldo Júnior (SD), disse ontem que quer eleger o sucessor com o mesmo perfil combativo, que dê "protagonismo, autonomia e independência" ao Legislativo na relação com o Executivo. Se for candidato a vereador na eleição do próximo ano e vencer, Geraldo Júnior pode ser candidato à reeleição em 2021. Hoje, o regimento interno da Câmara veda apenas a recondução na mesma legislatura. "Eu vou fazer meu sucessor. E terá que ter o meu perfil", afirmou,

durante um café da manhã com jornalistas, quando apresentou o balanço de seis meses da gestão.

Mais tarde ao ser perguntado se não pretende ser candidato à reeleição no Legislativo, Geraldo Júnior desconversou. "Nunca falei que seria candidato à reeleição, mas quando sair da Câmara Municipal, eu vou trabalhar para fazer o meu sucessor", disse. Indagado se pretende fazer o sucessor em 2020 ou 2022, novamente tergiversou. "Quem sabe? Vamos ver. A história é quem vai dizer. Eu posso ser candidato a prefeito de Salvador, a vice-prefeito... A cidade do Salvador é quem vai dizer isso em que posição eu devo estar", pontuou.

O presidente da

Câmara reiterou o desejo de ser postulante ao Palácio Thomé de Souza. "Não sei quando, mas um dia eu vou governar essa cidade. É muito cedo para falar sobre isso (eleição)", frisou. Geraldo Júnior voltou a falar, ontem, sobre o projeto de lei do Executivo que concede isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) às empresas de ônibus. Segundo ele, hoje o governo não tem votos para aprovar a matéria. A proposta precisa ter maioria qualificada de 29 votos. Segundo ele, a ideia é apreciar o texto após o recesso, até o dia 31 de agosto.

A matéria foi enviada para o Legislativo municipal após a prefeitura firmar um Termo de Ajustamento

Foto: Antonio Queirós



GERALDO JÚNIOR faz balanço dos seis primeiros meses do ano e diz que quer eleger um sucessor com o perfil combativo

de Conduta (TACs) com o Ministério Público estadual (MP-BA) e as concessionárias de ônibus para conceder isenção do tributo a fim de evitar que o preço do transporte subisse demais. Caso a proposta não seja aprovada até o dia 31 de agosto, a tarifa do ônibus irá subir de R\$ 4 para R\$ 4,12. "Não (tem voto para aprovar). Não jogo para torcida. Sou

muito sincero", ressaltou.

Perguntado se já fez uma consulta entre os vereadores para saber o número de votos, Geraldo Júnior disse "não é uma obrigação minha". "É uma obrigação do líder do governo. Eu sou o presidente da Casa. Já quis colocar esse projeto em votação duas vezes e vocês (a imprensa) são testemunhas disto. Quero

votar esse projeto, mas o quórum é qualificado. São 29 votos para apresentar e 29 para aprovar. Não posso fugir a essa regra", frisou.

BALANÇO - Sobre os seis meses de gestão, o presidente da Câmara ressaltou a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, a posse de 14 servidores aprovados no concurso público, modernização dos processos internos e de pagamentos, e o número de 58 sessões ordinárias já realizadas neste ano. "Podemos destacar de positivo a autonomia, independência e austeridade conquistadas por esta Casa. Me orgulho também da aproximação do Poder Legislativo com o cidadão", asseverou.

Geraldo Júnior anunciou que, em agosto, a Câmara de Salvador vai promover um encontro com todos os presidentes de Câmaras das capitais do país. E, para setembro, está previsto um seminário com ex-prefeitos de Salvador e os vereadores. "O intuito é debater a cidade, ouvir o que cada um tem de sugestão, de ideias e o que pode dar de contribuição para nossa capital", disse.

VOTAÇÃO

Câmara aprova LDO de 2020 e vereadores entram em recesso

Foto: Valdemiro Lopes



VEREADORES aprovaram projeto que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, por 28 votos a favor e sete contrários

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O projeto que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 foi aprovado ontem, por 28 votos a favor e sete contrários, na Câmara de Salvador. A Prefeitura enviou o projeto de lei em maio. Segundo a mensagem do Executivo, "preservando o princípio do equilíbrio orçamentário, a receita e a despesa foram trabalhadas, a preços correntes, num montante de R\$ 8.022.875.000,00 (oito bilhões, vinte e dois milhões e oitocentos e setenta e cinco mil reais), apresentando, em relação ao Orçamento de 2019, um crescimento de 3%".

Os governistas comemoraram a aprovação. "Quando voto contra LDO, não voto por Cezar Leite,

mas voto por cada vereador que trabalhou pelas emendas", discursou na tribuna da Câmara. "Não é possível que a gente entenda a política dessa forma". "Mais uma vitória mostrando a coesão da bancada do governo que está aplicada nas votações e unida. A margem foi expressiva", avaliou o líder do governo Paulo Magalhães Júnior (PV). Agora, o Legislativo municipal entra em recesso até o dia 31 de julho.

As vereadoras Aladilce Souza (PCdoB) e Marta Rodrigues (PT) e os vereadores Edvaldo Brito (PSD), Marcos Mendes (PSOL), Sílvio Humberto (PSB) e Hélio Ferreira (PCdoB) também reagiram ao fato de não terem sido acatadas emendas à LDO, frisando que esta é uma prerrogativa do Legislativo. A líder do PT na

Câmara de Salvador, Marta Rodrigues (PT), reprovou a postura dos vereadores governistas de rejeitarem as emendas apresentadas ao texto original enviado pela Prefeitura de Salvador. Foram 26 emendas de diversos vereadores, tanto da base, quanto da oposição. "A única emenda aceita foi da mesa diretora, que trata do duodécimo. Na Constituição diz 4,5% e no texto que veio da prefeitura dizia até 4,5%. Então, essa é a única emenda que vamos votar", analisa a petista. "Não temos como aprovar um texto que não respeita os vereadores da Casa. Quando apresentamos uma emenda, é para enriquecer o texto, para que todas as diversidades sejam contempladas", diz a vereadora. O vereador Cezar Leite (PSDB), que é da base do prefeito ACM Neto, tam-

bém votou contra a matéria. "Quando voto contra LDO, não voto por Cezar Leite, mas voto por cada vereador que trabalhou pelas emendas", discursou na tribuna da Câmara. "Não é possível que a gente entenda a política dessa forma".

Na sessão, os vereadores agendaram para o dia 6 de agosto, às 9h, a reunião sobre o projeto de isenção de ISS para empresas de ônibus, com a participação dos promotores do Ministério Público Estadual, Rita Tourinho e Adriano Assis, e os secretários Fábio Mota (Semob) e Almir Melo (Arsal). Outra definição da sessão ordinária foi adiar a votação de projetos de lei de autoria de vereadores para o dia 7 de agosto, para que possam tramitar pelas comissões temáticas da Casa.

Isenção de ISS para ônibus será discutida em reunião em agosto

DA REDAÇÃO

Devido à ausência da promotora Rita Tourinho, do Ministério Público do Estado, e de questionamentos não respondidos sobre a planilha dos cálculos da tarifa de ônibus que justificassem isenção de ISS aos empresários do setor, foi alterada a pauta da reunião que contou com a participação dos secretários municipais Fábio Mota, de Mobilidade Urbana, e Almir Melo, da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal), realizada na segunda-feira (15) na Câmara Municipal. Novo encontro foi convo-

cado pelo presidente Geraldo Júnior para hoje (17), às 9h, no Salão Nobre, mas na sessão ordinária de ontem, a Câmara foi informada que a promotora Rita Tourinho não poderia comparecer, assim o encontro, com a presença de todos os envolvidos e também da Procuradoria do Município, ficou marcado para o dia 6 de agosto, às 9 horas, no Centro de Cultura. O objetivo do debate é tirar dúvidas dos vereadores sobre o projeto do Executivo que prevê isenção de ISS para as empresas de ônibus, para evitar aumento de R\$0,12 na tarifa, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre a prefeitura, MPE e concessionárias,

sem a participação da Câmara.

A planilha começou a ser explicada pelo consultor Frederico Silveira Barbosa, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), empresa contratada para a elaboração dos cálculos que justificaram o TAC. Mas a apresentação foi suspensa diante da ausência de dados sobre o amparo legal para a isenção, questionamento feito pelo vereador e tributarista Edvaldo Brito (PSD).

O presidente Geraldo Júnior pediu aos secretários que disponibilizassem a íntegra das planilhas para enviar a cada vereador e publicar no Diário Oficial do



O ENCONTRO com a promotora Rita Tourinho será realizado no dia 6 de agosto, às 9 horas, no Centro de Cultura da Câmara

mos), e o vereador Maurício Trindade (DEM) também argumentaram que a complexidade da matéria exige um aprofundamento maior sobre a planilha e os impactos da isenção. Vários vereadores também se pronunciaram na reunião, assim como o líder comunitário Ailton Soares.

NOVA DATA

A Câmara foi informada que a promotora Rita Tourinho não poderia comparecer à Casa.

Legislativo, para que possam votar a matéria com conhecimento de causa. "Temos até o dia 30 de agosto para votar o projeto da isenção, mas nossa intenção é colocar em apreciação logo após o recesso, na pri-

meira quinzena de agosto", frisou Geraldo Júnior, ressaltando que para isso os vereadores precisam estar convencidos sobre a viabilidade da isenção.

O líder da bancada da oposição, Sidinho (Pode-

Cícero Monteiro anuncia pré-candidatura em Jacobina

DA REDAÇÃO



CÍCERO Monteiro disse que é chegada a hora de sentar com os pares, conversar com as lideranças da base e iniciar o diálogo pela construção da candidatura

Ex-secretário nos governos de Rui Costa e Jaques Wagner, ambos do PT, Cícero Monteiro anunciou, nesta semana, que será candidato a prefeito de Jacobina, no norte baiano. "Nunca escondi esse desejo de ser prefeito de Jacobina. Sei que é um processo de construção coletiva, mas acho já está na hora sentar com os nossos pares, conversar com as lideranças da base, e iniciar esse diálogo. Neste final semana, fizemos alguns contatos em Jacobina, e

agora é trabalhar para garantir uma candidatura forte e competitiva", declarou, em entrevista à Rádio Jaraguá FM.

De acordo com o site TR Agora, Cícero Monteiro já tem o apoio do PSB - partido presidido pela deputada federal Lídice de Mata -, que em Jacobina é liderado pelo ex-vereador Carlos de Deus. O ex-secretário também deverá trabalhar o apoio do ex-deputado federal Amauri Teixeira (PT), que disputou a prefeitura de Jacobina nas duas últimas eleições, mas, sem êxito. Nas entrevistas concedidas recentemente à imprensa

local, Amauri tem feito a favor de Cícero e sinalizou com apoio ao possível aliado na corrida pela prefeitura de Jacobina. Homem de confiança do governador Rui Costa (PT), Cícero Monteiro foi duas vezes secretário no go-

DISPUTA

Cícero Monteiro anunciou que será candidato a prefeito de Jacobina, no norte baiano.

verno Wagner. Uma vez secretário de Relações Institucionais e outra foi titular da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur). Além disso, exerceu diversos cargos na Embasa e, durante três anos, assumiu a presidência da Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia (Cerb).

O atual prefeito de Jacobina é Luciano da Lócar, do DEM - partido do prefeito de Salvador, ACM Neto. Ele venceu em 2016 com 37,63% dos votos e o então prefeito Dr. Rui (PMDB), que teve 30,27%, Amauri Teixeira que chegou a ter 27,90% dos sufrágios.